

XXXVII PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO REMUNERADO EM DIREITO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS.

INSTRUÇÕES GERAIS

- Este CADERNO DE PROVAS possui 40 questões de múltipla escolha, sendo: 16 (dezesesseis) de Direito Constitucional, 12 (doze) de Direito Administrativo e 12 (doze) de Direito Processual Civil e uma REDAÇÃO.
- A prova tem duração de 04 (quatro) horas.
- Não é permitida destacar nenhuma das folhas do CADERNO DE PROVA.
- A FOLHA DE RESPOSTA DO CANDIDATO E A FOLHA OFICIAL DE REDAÇÃO não serão substituídas por erro de preenchimento.
- Não será permitida qualquer forma de identificação do candidato NA FOLHA DE RESPOSTA E NA FOLHA OFICIAL DE REDAÇÃO.
- Não é permitida a consulta a qualquer legislação (nem mesmo à Constituição Federal), doutrina, impressos ou anotações.
- O candidato poderá retirar-se do recinto sem o CADERNO DE PROVA a partir de 1 (uma) hora de aplicação da prova.
- O candidato poderá levar CADERNO DE PROVA nos últimos 30 minutos.
- Será eliminado o candidato que descumprir qualquer regra do edital.
- A divulgação do gabarito e do resultado será por meio do site www.pge.am.gov.br

Nome: _____

CPF: _____

XXXVII PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO REMUNERADO EM DIREITO NA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Acerca do controle concentrado de constitucionalidade, instituído na Constituição Federal de 1988, levando-se em conta a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise as seguintes assertivas:

- I. O preâmbulo da CF/88 possui caráter normativo;
- II. Dispositivo constitucional revogado pode servir de parâmetro para ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade;
- III. Dispositivo constante do ADCT pode servir de parâmetro para ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade, desde que não esteja com eficácia exaurida.

Estão corretas apenas:

- a) III.
- b) II e III.
- c) I, II e III.
- d) I e II.
- e) Nenhuma das assertivas.

2. Uma pessoa impetra mandado de segurança contra autoridade do Estado do Amazonas com prerrogativa de foro, diretamente no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. A ação é julgada procedente, com a consequente concessão da segurança. No fundamento principal do acórdão, foi considerada válida lei local contestada em face de lei federal.

Diante de tal situação hipotética, poderia o Estado do Amazonas:

- a) Interpor recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça.
- b) Interpor recurso extraordinário perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) Interpor recurso ordinário perante o Superior Tribunal de Justiça.
- d) Interpor recurso ordinário perante o Supremo Tribunal Federal.
- e) Não há previsão constitucional de recurso cabível contra decisão que considera válida lei local contestada em face de lei federal.

3. Conforme o critério de classificação ONTOLÓGICA, as constituições podem ser normativas, nominais e semânticas. Alguns autores classificam a CF/88 como normativa (e.g., Pedro Lenza), enquanto outros enquadram-na como nominal (e.g., Marcelo Novelino).

Tal critério de classificação das constituições originou-se da pena de:

- a) José Afonso da Silva.
- b) Carl Schmitt.
- c) Jorge Miranda.
- d) Karl Loewenstein.
- e) Maria Helena Diniz.

4. Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, insculpidos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) É livre a manifestação do pensamento, permitindo-se, para fins de proteção à liberdade de expressão, o anonimato.
- b) A criação de associações e de cooperativas depende de autorização, sendo, porém, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- c) São a todos assegurados, mediante eventual pagamento de taxas, desde que criadas por lei, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

- d) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- e) Há situação em que se autoriza a pena de morte.

5. Sobre o federalismo, pode-se afirmar:

I. O Brasil é exemplo de federalismo por desagregação, que surgiu a partir da Proclamação da República, materializando-se o novo modelo na Constituição de 1891.

II. Conforme a CF/88, a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios.

III. No federalismo por agregação, os Estados independentes ou soberanos resolvem renunciar a parcela de sua soberania para agregar-se entre si e formar um novo Estado, agora, federativo, passando a ser, entre si, autônomos. Como exemplo, pode-se citar a formação dos Estados Unidos, da Alemanha e da Suíça.

Estão corretas apenas as assertivas:

- a) I.
b) II.
c) I e III.
d) II e III.
e) I, II e III.

6. Em relação às normas jurídicas sobre a Administração Pública, positivadas na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

a) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

b) É permitida a acumulação de proventos de aposentadoria de servidor público com a remuneração de novo cargo público, não acumulável na ativa, desde que precedido de nova aprovação em concurso público.

c) O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo e dos servidores ativos, vedada a exigência de contribuição dos aposentados e dos pensionistas.

d) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, salvo no caso de cargos equiparados em poderes distintos.

e) A proibição de acumular cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, ressalvando-se as sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

7. Poderão propor emenda à Constituição Federal de 1988, EXCETO:

- a) Presidente da República.
b) Um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
c) Um terço, no mínimo, dos membros do Senado Federal.
d) Supremo Tribunal Federal, pela maioria absoluta de seus membros.
e) Mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

8. Sobre as Funções Essenciais à Justiça, pode-se afirmar:

I. Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

II. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é órgão integrante do Ministério Público da União.

III. Aos Procuradores dos Estados é assegurada estabilidade após dois anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

Estão corretas apenas as assertivas:

- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II e III

9. Sobre o Poder Judiciário, pode-se afirmar:

I. Compete à Justiça Comum Estadual julgar as ações oriundas da relação de trabalho que envolvam os entes de direito público da administração pública direta e indireta do respectivo Estado.

II. São órgãos da Justiça Federal os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais e Militares instituídos por lei.

III. Cabe aos Estados e aos Municípios a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

Estão corretas apenas as assertivas:

- a) I
- b) II
- c) I e III
- d) II e III
- e) Nenhuma das assertivas.

10. De acordo com a Constituição Federal de 1988, é competência legislativa privativa da União:

- a) Instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos.
- b) Definir diretrizes e bases da educação nacional.
- c) Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
- d) Elaborar diretrizes para o desenvolvimento urbano.
- e) Determinar princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação.

11. Acerca dos direitos políticos positivados na Constituição de 1988, marque a alternativa correta:

- a) O alistamento eleitoral é facultativo para os maiores de 60 (sessenta) anos.
- b) Os analfabetos são inalistáveis.
- c) Os menores de 18 (dezoito) anos são inelegíveis.
- d) O militar não estabilizado é inalistável.
- e) O brasileiro naturalizado é inelegível para qualquer cargo.

12. De acordo com a Constituição Federal de 1988, os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante:

- a) Aprovação da população diretamente interessada, através de referendo, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.
- b) Aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por emenda constitucional.

- c) Aprovação da população diretamente interessada, através de referendo, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- d) Aprovação da população diretamente interessada, através de referendo, e das assembleias legislativas dos Estados envolvidos, por lei ordinária.
- e) Aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

13. De acordo com a Constituição Federal de 1988, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- a) Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.
- b) Elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.
- c) Explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens.
- d) Explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os portos marítimos, fluviais e lacustres.
- e) Planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.

14. De acordo com a Constituição Federal de 1988, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- a) Desapropriação.
- b) Direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- c) Direito comercial e juntas comerciais.
- d) Trânsito e transporte
- e) Populações indígenas.

15. De acordo com a Constituição Federal de 1988, são cargos privativos de brasileiro nato, exceto:

- a) Ministro da Justiça.
- b) Presidente da Câmara dos Deputados.
- c) Oficial das Forças Armadas.
- d) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- e) Embaixador.

16. De acordo com a Constituição Federal de 1988, poderá ocorrer perda ou suspensão de direitos políticos em caso de:

- a) Cancelamento definitivo da naturalização, no âmbito judicial ou administrativo.
- b) Convocação para o serviço militar.
- c) Condenação criminal, enquanto durarem seus efeitos, após o trânsito em julgado ou em caso de prisão provisória.
- d) Incapacidade civil, absoluta ou relativa.
- e) Improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

DIREITO ADMINISTRATIVO

17 Assinale a alternativa correta acerca dos princípios do Direito Administrativo:

- a) O princípio da impessoalidade autoriza a promoção da imagem do gestor pela realização de obras.
- b) O princípio da publicidade, ao exigir transparência da atuação da Administração Pública, reveste-se de natureza absoluta, não comportando exceção.
- c) O princípio da autotutela refere-se à necessidade de organização da Administração Pública de modo a alcançar o resultado mais racional possível, obtendo os melhores resultados com os recursos disponíveis.
- d) O princípio da juridicidade constitui uma releitura do princípio da legalidade, de forma que a atuação da Administração deverá guardar conformidade com o ordenamento jurídico como um todo.
- e) Do princípio da moralidade resulta a necessidade de todo agente público aplicar sua concepção moral subjetiva e pessoal aos atos da administração por ele praticados.

18 Assinale a alternativa correta:

- a) A Administração Pública, estando sujeita às normas de Direito Público, afasta a aplicação de quaisquer normas de Direito Privado em suas relações jurídicas.
- b) Pode-se definir Administração Pública em sentido subjetivo como o conjunto de atividades próprias do Estado, tais como serviço público, por exemplo.
- c) Administração Direta é o conjunto de pessoas jurídicas que possuem competência para o exercício, de forma descentralizada, de atividades administrativas.
- d) As empresas públicas são criadas com a edição de lei específica.
- e) Segunda a doutrina tradicional, os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado e da indisponibilidade do interesse público constituem os pilares do regime jurídico-administrativo.

19. Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) Um ato administrativo pode ser ao mesmo tempo perfeito, válido e ineficaz.
- b) Os atos administrativos discricionários são aqueles que não dão margem de decisão ao administrador, posto que a lei previamente já definiu seus requisitos.
- c) Quanto à formação de vontade, um ato administrativo pode ser classificado como complexo quando apresenta dificuldade para sua concretização.
- d) Os atos administrativos são praticados exclusivamente pelo Poder Executivo.
- e) A Administração Pública deverá convalidar seus próprios atos, quando eivados de vícios insanáveis.

20. Assinale a alternativa que apresenta integrante da Administração Indireta:

- a) Secretaria Estadual de Saúde
- b) Sociedade de Economia Mista
- c) Ministério da Educação
- d) Consórcio Público constituído como pessoa jurídica de direito privado
- e) Procuradoria do Estado do Amazonas

21. Sobre os poderes administrativos, assinale a alternativa incorreta:

- a) Constituem prerrogativas de natureza de Direito Público, conferidas aos agentes administrativos para fins de consecução de suas finalidades.
- b) Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes

de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

c) O poder de polícia reveste-se dos atributos da discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade.

d) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

e) O poder regulamentar constitui a prerrogativa da Administração Pública de editar leis em sentido estrito.

22. Nos termos da Lei 14.133/2021, é inexigível a licitação para contratação de:

a) Profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública e inviável a competição.

b) Serviços técnicos especializados de publicidade e divulgação, de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização.

c) Serviços de pareceres, perícias e avaliações em geral, quando viável a competição.

d) Obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

e) Bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional;

23. Sobre licitações, assinale a alternativa correta:

a) “Menor preço”, “técnica e preço” e “maior desconto” são modalidades de licitação.

b) Constituem princípios orientadores das licitações públicas: legalidade, pessoalidade, sigilo obrigatório e julgamento subjetivo.

c) Pregão é uma modalidade de licitação prevista para aquisição de bens e serviços comuns.

d) A doutrina conceitua licitação como um processo administrativo anterior às contratações, de observância facultativa pela Administração, com o propósito de selecionar a proposta mais vantajosa aos interesses pessoais do gestor.

e) A partir da vigência da Lei n. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a Administração Pública restou proibida de realizar licitações com base na Lei 8.666/1993.

24. Acerca do regime jurídico dos servidores públicos, assinale a alternativa incorreta:

a) o Supremo Tribunal Federal possui entendimento consolidado no sentido de que os servidores públicos possuem direito adquirido ao regime jurídico ao qual estão sujeitos.

b) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

c) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

d) é possível a acumulação remunerada de 2 (dois) cargos públicos de professor, quando houver compatibilidade de horário.

e) a remuneração dos servidores públicos somente pode ser fixada ou alterada por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso.

25. Assinale a alternativa correta:

a) O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser reintegrado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que

possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.

- b) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- c) Como condição para a aquisição da estabilidade pelo servidor público, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- d) O servidor público estável jamais perderá seu cargo.
- e) O servidor público, inclusive o que atua diretamente na segurança pública, pode exercer seu direito de greve de forma irrestrita e incondicional.

26. Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) Os contratos administrativos são regidos pelas normas de direito público, não sendo cabível qualquer aplicação das normas de direito privado.
- b) O regime jurídico dos contratos administrativos previsto na Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) permite ao Poder Público a modificação unilateral dos termos pactuados para melhor adequação às finalidades do interesse público, não havendo necessidade de serem revistas as cláusulas econômico-financeiras ou de se manter o equilíbrio contratual.
- c) Constituem sanções passíveis de aplicação ao licitante ou contratante que cometer infração administrativa: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e prisão administrativa.
- d) Nos termos da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), constitui motivo para extinção do contrato administrativo o não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos.
- e) “Fato do Príncipe” é toda ação ou omissão da Administração Pública que atinge direta e especificamente um contrato administrativo, inviabilizando sua devida execução, tal como o atraso no pagamento por prazo superior ao permitido em lei.

27 Assinale a alternativa incorreta, no tocante à responsabilidade civil do Estado:

- a) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- b) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou entendimento de que não há responsabilidade civil objetiva das empresas que prestam serviços públicos em relação aos danos causados a terceiros não usuários de tais serviços.
- c) Segundo entendimento definido pelo Supremo Tribunal Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- d) Doutrina e jurisprudência reconhecem que a Constituição Federal de 1988 consagrou a responsabilidade objetiva da Administração Pública, na modalidade risco administrativo, pelos atos comissivos de seus agentes.
- e) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal definiu que em caso de inobservância do dever específico de proteção do preso previsto na Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte do detento.

28. Pode ser eventualmente considerada como excludente da responsabilidade civil do Estado:

- a) Culpa concorrente da vítima
- b) Renúncia do Chefe do Executivo
- c) Caso fortuito
- d) Morte do autor do dano
- e) Absolvição penal por ausência de provas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

29. José maneja ação com pedido de indenização, sob o fundamento de responsabilidade civil, em face do Estado do Amazonas. O pedido é contestado e, após, o Juízo verifica, de ofício, a ocorrência da prescrição, em que pese essa questão não ter sido arguida por nenhuma das partes. Qual o comportamento a ser adotado pelo Juiz:

- a) Julgar o processo extinto, sem resolução do mérito, pois o reconhecimento da prescrição é hipótese de carência de ação;
- b) Julgar o pedido improcedente, sem a oitiva das partes, haja vista que a prescrição pode ser reconhecida de ofício;
- c) Deve ser dada às partes oportunidade de se manifestarem, antes de emitir pronunciamento judicial à respeito;
- d) Deve intimar, tão somente, o autor da ação;
- e) Não deverá conhecer da prescrição, haja vista a omissão por parte da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas.

30. Sobre o tema normas fundamentais do processo civil, como regra, não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, salvo:

- a) em se tratando de tutela provisória de evidência, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa;
- b) em se tratando de tutela provisória de evidência, quando houver manifesto propósito protelatório da parte;
- c) em se tratando de tutela provisória de evidência, quando a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável;
- d) no caso de ser evidente o direito do autor e o juiz deferir a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, em sede de ação monitória;
- e) quando se tratar de matéria cognoscível de ofício.

31. A reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente. Dessa feita, indaga-se, o que torna o juízo prevento, como regra:

- a) o despacho inicial;
- b) o registro ou a distribuição da petição inicial;
- c) a citação válida;
- d) a intimação para audiência de conciliação ou mediação;
- e) o início da fase de instrução.

32. Dentre as assertivas abaixo, assinale a qual representa uma hipótese de suspeição do Juiz no processo, conforme o CPC:

- a) ter prestado depoimento como testemunha;
- b) quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;
- c) quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive;
- d) em que figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços;

e) em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório.

33. Nos termos do Código de Processo Civil de 2015, determina-se a competência no momento:

- a) da citação;
- b) do registro ou da distribuição da petição inicial;
- c) do despacho/decisão liminar positiva que determina a citação;
- d) do primeiro despacho ou decisão proferida pelo órgão julgador;
- e) da estabilização da demanda, se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.

34. Nos termos do Código de Processo Civil de 2015, no que tange às disposições acerca da Advocacia Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta;
- b) a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal;
- c) a intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico;
- d) não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público;
- e) o membro da Advocacia Pública será civil e solidariamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

35. Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.

Considerando as regras do Código de Processo Civil de 2015:

I. A petição inicial sempre será indeferida se faltarem os nomes, os prenomes, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o domicílio e a residência do autor e do réu;

II. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 5 (cinco) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado;

III. O pedido deve ser determinado, não sendo lícito, jamais, formular pedido genérico.

- a) Está correta apenas a assertiva I;
- b) Está correta apenas a assertiva III;
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e II;
- d) Estão corretas apenas as assertivas II e III;
- e) Nenhuma assertiva está correta.

36. Acerca do tema prazos processuais, assinale a assertiva INCORRETA quanto aquele que é considerado o dia do começo do prazo:

- a) a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio;
- b) a data de juntada aos autos do mandado cumprido, quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça;
- c) o dia útil seguinte à consulta ao teor da citação ou da intimação ou ao término do prazo para que a consulta se dê, quando a citação ou a intimação for eletrônica;

- d) a data de publicação, quando a intimação se der pelo Diário da Justiça impresso ou eletrônico;
- e) o décimo dia útil seguinte à confirmação, na forma prevista na mensagem de citação, do recebimento da citação realizada por meio eletrônico.

37. A inércia do réu frente à realização de sua citação gera o surgimento do fenômeno da revelia. No que tange à este tema, temos que

- a) na sua ocorrência presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato e de direito formuladas pelo autor;
- b) o revel poderá intervir no processo, após a sua decretação, até o momento da prolação de sentença, recebendo-o no estado em que se encontrar;
- c) nos autos físicos de processo, os prazos contra o revel que não tenha patrono constituído, fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial;
- d) havendo pluralidade de réus gera efeitos, mesmo que algum deles conteste a ação;
- e) ao réu revel não será lícito a produção de provas no transcorrer do processo.

38. Sobre o tema recurso no processo civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica;
- b) sendo vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir o outro;
- c) o recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal;
- d) o recurso adesivo será conhecido mesmo se houver desistência do recurso principal.
- e) o recurso adesivo será admissível na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial.

39. Sobre o tema dos recursos no processo civil, analise as alternativas abaixo e assinale a CORRETA:

- a) a desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquele objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos;
- b) o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses;
- c) a renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte;
- d) o recorrente poderá, a qualquer tempo, desde que com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso;
- e) a decisão pode ser impugnada no todo, mas não em parte.

40. Acerca do tema recursos, quanto aos embargos de declaração é correto afirmar:

- a) eles não são via processual adequada para a correção de erro material;
- b) se opostos contra decisão monocrática, podem ser conhecidos como agravo interno, a ser julgado também monocraticamente;
- c) se eles forem rejeitados ou não houver alteração de resultado, o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos precisará ser ratificado;
- d) na reiteração de embargos manifestamente protelatórios, haverá elevação da multa e a interposição de qualquer recurso fica condicionada ao depósito prévio do valor, mas essa condição não se aplica ao beneficiário da justiça gratuita e à Fazenda Pública, que a recolherão ao final;
- e) os embargos de declaração possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.

REDAÇÃO

A partir da leitura do texto motivador e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**QUESTÕES DA SAÚDE MENTAL PÓS-PANDEMIA**”. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO DE LEITURA

Saúde mental pós-pandemia: Entenda a importância da atenção e cuidado

O agravamento de sintomas relacionados à saúde mental cresceu desde o último ano, cenário que exige ainda mais capacitação de profissionais da área

14/09/2021 - 17h28

Com a pandemia, o agravamento de doenças como ansiedade, depressão e estresse também impulsionou discussões sobre a importância de cuidar da saúde – não apenas a física e a proteção contra o vírus, mas também a mental e todas as formas pelas quais ela pode ser afetada por esse atual cenário.

O isolamento, o home office, os estudos remotos e o medo que se instaurou devido ao vírus são alguns dos fatores que contribuíram para que inúmeros brasileiros desenvolvessem doenças mentais, ou até mesmo que elas se intensificassem naqueles que já lidavam com os sintomas. A dificuldade de separar a vida pessoal da rotina profissional, por exemplo, levou muitos à Síndrome de Burnout, causada pela sobrecarga de trabalho.

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2019 já apontavam que cerca de 20 mil brasileiros pediram afastamento devido a doenças mentais relacionadas com o trabalho; após um ano de pandemia, a healthtech PEBMED identificou que 78% dos profissionais de saúde apresentavam sinais da doença.

Contudo, as doenças mentais não estão restritas aos profissionais da área de saúde e que atuam na linha de frente no combate à Covid-19. Trabalhadores de diversas áreas enfrentam sintomas de Burnout, como ansiedade, depressão e outros transtornos que afetam a saúde mental. Em setembro do ano passado, uma pesquisa realizada pela consultoria Conversion apontou que 73% dos brasileiros foram emocionalmente impactados pelo isolamento.

FONTE: <https://www.nsctotal/.com.br/noticias/saude-mental-pos-pandemia-entenda-a-importancia-da-atencao-e-cuidado/p>

Rascunho - Redação

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	